

# RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO  
(ORGANIZADORA)



# RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO  
(ORGANIZADORA)



### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Emely Guarez  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Solange Aparecida de Souza Monteiro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

M775r Monteiro, Solange Aparecida de Souza.  
Relações de gênero e as subjetividades em contextos culturais 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-451-1  
DOI 10.22533/at.ed.511203009

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I.Monteiro, Solange Aparecida de Souza..

CDD 306.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## **APRESENTAÇÃO**

### **SE UM DIA AS MULHERES ENFURECESSEM**

*Adriana Novais*

Em fúria não permitiriam que a televisão pautasse sua beleza.

Em fúria faliriam todas as clínicas de estéticas.

Jamais transariam sem vontade.

Se um dia as mulheres se enfurecessem não aceitariam que o Estado regesse seu corpo.

Em fúria decidiriam se queriam ou não, ter filhos.

Em fúria não usariam roupas desconfortáveis em nome da aparência.

Em fúria usariam apenas a que lhes dessem vontade.

Em fúria não permitiriam que a outra apanhasse.

Em fúria revidariam os tapas na cara, os chutes e os ponta pés.

Em fúria não seria escrava em sua própria casa.

Se um dia as mulheres se enfurecessem, calariam a boca dos padres e dos pastores que pregam o dever da sua submissão.

Em fúria denunciariam todos os abusos cometidos nas igrejas, no trabalho, nas delegacias, nos hospitais e aqueles cometidos dentro das suas casas.

Em fúria, ensinariam as filhas a se defenderem e os filhos a não estuprarem.

Ah! Se um dia as mulheres se enfurecessem, escrachariam todos os companheiros de luta, dos partidos e movimentos, colocariam a nu seu machismo disfarçado no discurso revolucionário.

Em fúria, ocupariam os jornais, as redes de televisão contra a misoginia e o racismo.

Um dia, irmanadas numa grande fúria, todas elas, de todos os lugares, de todas as etnias, esmagariam todas as correntes da sua opressão.

Esmagariam o Estado, a Igreja e a Propriedade

As práticas sexistas podem decidir o que pertence ao mundo masculino e ao feminino, reguladas em estereótipos culturais arraigados desde a idade medieval como um padrão heteronormativo que deve ser seguido pela sociedade, se alguém desviar-se do prescrito será estigmatizado dentro do seu meio. Conforme os relatos de estudiosos nesse e-book, essas práticas são reforçadas na instituição escolar através da diferenciação que alguns docentes fazem do menino e da menina, na formação das filas, dos crachás e até mesmo nas escolhas dos brinquedos. Assim quando as crianças escolhem brinquedos que não são recomendados para o seu gênero conforme o padrão heteronormativo elas são repreendidas na família, na escola e na sociedade

Finco (2003) aponta

[...] relacionar gênero e infância permite que possamos enxergar as múltiplas formas de ser menino e de ser menina que as categorizações não nos deixam ver. Nesse sentido, proporcionaremos a esses meninos e meninas a possibilidade de serem eles mesmos e percorrerem novos caminhos vivenciando a infância na sua inteireza sem a interferência de ninguém padronizando um perfil como certo ou errado (FINCO, 2003).

Para Louro (2000), desconstruir essa forma de pensar desmistifica esses dois planos homem e mulher, retira-se esse pensamento de como se fossem dois polos diferentes e não pudessem ocorrer as interações entre eles. Essa proposta da desconstrução das dicotomias busca enfatizar estes dois polos não existem, ocorre uma pluralidade e, através dessas dicotomias pode ser um dos primeiros passos para um questionamento das relações de gênero levando ao fim do sexismo. Para a autora, existe uma lógica dualista que rege as polaridades, desmontando não apenas a ideia de que cada um dos polos masculino e feminino está presente um no outro, mas também que as oposições foram e são historicamente construídas. Esse processo de desconstrução não ocorre de maneira simples, mas ao longo prazo através de uma reflexão sobre as formas como as crianças se relacionam diante das diferenças de gênero na infância. É de extrema necessidade desconstruir a lógica binária na apresentação do mundo para as crianças: enquanto brinquedos e brincadeiras assumirem papéis de masculino ou feminino na escola estaremos fadados ao insucesso. Apesar de todas essas situações apresentadas estarem implícitas no dia a dia da escola e nas práticas pedagógicas de alguns docentes, a temática

ainda é muito restrita, geradora de medo, desconhecimento e pouco científico. Deve-se sair do senso comum, do conservadorismo, do obscurantismo, sobrepondo-se a vigilância epistêmica, no agir de forma questionadora, enfrentando o que nos causa tanto receio e que nos destina a fortalecer recrudescimento, desfazendo mitos e tabus no sentido de disponibilizar um material de qualidade com temáticas que toquem aqueles que diariamente compõem e constroem o fazer pedagógico para emancipar por meio da educação e das meninas e dos meninos pode ser uma forma de florescer dentro dos muros das escolas.

Uma excelente leitura para todas e todos!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

MUJERES Y EDUCACIÓN: UNA HISTORIA EN LA PROVINCIA MEXICANA A MEDIADOS DEL SIGLO XX

*Cirila Cervera Delgado*

*Mireya Martí Reyes*

*Esteffany Muñiz Paz*

**DOI 10.22533/at.ed.5112030091**

### **CAPÍTULO 2..... 12**

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM TEMPOS DE PANDEMIA GERADA PELO NOVO CORONAVÍRUS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA ATUAÇÃO DO ESTADO E O PAPEL DO DIREITO

*Andressa Santos de Almeida*

*Tercília Júlia Oliveira Rodrigues*

**DOI 10.22533/at.ed.5112030092**

### **CAPÍTULO 3..... 24**

DIÁLOGOS ENTRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA IDENTIFICAÇÃO FEMININA, DA DICOTOMIA À FRAGMENTAÇÃO

*Rafaela Sepulveda Aleixo Lima*

*Laís Teixeira Lima*

**DOI 10.22533/at.ed.5112030093**

### **CAPÍTULO 4..... 36**

A CULTURA MASCULINIZADA DO AUTOMÓVEL E A FORMAÇÃO DO MOTORISTA BRASILEIRO

*Carla Rezende Gomes*

**DOI 10.22533/at.ed.5112030094**

### **CAPÍTULO 5..... 56**

A GAROTA PIN-UP: OBJETIFICAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO DA MULHER NA CONTEMPORANEIDADE

*Ana Paula Oliveira Barros*

**DOI 10.22533/at.ed.5112030095**

### **CAPÍTULO 6..... 62**

DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DA DIFERENÇA SEXUAL

*Rogério Goulart da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.5112030096**

### **CAPÍTULO 7..... 73**

MEDICALIZAÇÃO E GÊNERO: BREVES REFLEXÕES SOBRE A CIÊNCIA E AS PRÁTICAS DE SAÚDE DA MULHER

*Júlia Gonçalves Barreto Baptista*

*Thais Maria Nogueira da Gama*

Paula Land Curi

**DOI 10.22533/at.ed.5112030097**

**CAPÍTULO 8..... 84**

ESTUDO DISCURSIVO SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Carlos Roberto Bezerra Costa

**DOI 10.22533/at.ed.5112030098**

**CAPÍTULO 9..... 96**

UMA VOZ FEMININA E DISSONANTE NA EDUCAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE 1946 -1950: MARIA ANGÉLICA DE CASTRO

Cleyde Oliveira de Castro

Murilena Pinheiro de Almeida

Maria de Lourdes Esteves Bezerra

Maria Evanilde Barbosa Sobrinho

Emerson Marques Nogueira

**DOI 10.22533/at.ed.5112030099**

**CAPÍTULO 10..... 110**

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: O CASO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

Jascira da Silva Lima

**DOI 10.22533/at.ed.51120300910**

**CAPÍTULO 11 ..... 118**

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: OS REFLEXOS DO PATRIARCADO NAS RELAÇÕES LABORAIS FEMININAS

Leticia dos Santos Sousa

**DOI 10.22533/at.ed.51120300911**

**CAPÍTULO 12..... 123**

GERENCIALISMO NEOLIBERAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Paula da Luz Galvão

**DOI 10.22533/at.ed.51120300912**

**CAPÍTULO 13..... 134**

PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE ACERCA DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: REVISÃO INTEGRATIVA

Bruna Heintze Ferreira

Franciéle Marabotti Costa Leite

Letícia Peisino Buleriano

Rita de Cássia Duarte Lima

**DOI 10.22533/at.ed.51120300913**

**CAPÍTULO 14..... 155**

PERFORMANCE DE GÊNERO: HETEROTOPIAS INVENTIVAS NA EDUCAÇÃO

Caroline do Socorro Freitas Maciel

José Valdinei Albuquerque Miranda

**DOI 10.22533/at.ed.51120300914**

<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>165</b>
<b>A FORÇA SIMBÓLICA DAS POLÍTICAS DE COTAS DE GÊNERO NO BRASIL</b>	
Pollyane Cunha Ferreira	
Rita de Cássia Alanna Pereira Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51120300915</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>187</b>
<b>A INSERÇÃO DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO MARANHÃO</b>	
Rosylene Conceição Soares Cutrim	
Sirlene Mota Pinheiro da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51120300916</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>201</b>
<b>PRESENÇA DAS MULHERES NOS SINDICATOS DOCENTES NO BRASIL</b>	
Adenilde de Souza Dantas	
Maria Helena Santana Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51120300917</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>214</b>
<b>SOBRE ESPAÇOS DE TEORIZAÇÃO FEMINISTA E SUAS OPRESSÕES</b>	
Jacqueline Mary Soares de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51120300918</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>224</b>
<b>AS LACUNAS DE GÊNERO NA DOCÊNCIA DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS</b>	
Glauce Margarida da Hora Medeiros	
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51120300919</b>	
<b>CAPÍTULO 20 .....</b>	<b>242</b>
<b>REDES DE SOCIABILIDADE, RELAÇÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DO FUTEBOL FEMININO</b>	
Reinaldo Eduardo da Silva Sales	
Mayara Mendes Leal	
Helen Batista da Silva	
Ítalo Fabiano Corrêa Silva	
Paulo Henrique Garcia da Silva	
Thiago Roniere do Rosário Matos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51120300920</b>	
<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>253</b>
<b>INTERVENÇÃO EDUCATIVA PARA MELHORIA DE CONHECIMENTO SOBRE IST/HIV/ AIDS ENTRE ADOLESCENTES E JOVENS</b>	
Karoline Pontes Cavalcante Manguinho	
Priscila de Vasconcelos Monteiro	

Maria Lúcia Duarte Pereira  
Monalisa Rodrigues da Cruz  
Catarina Laborê Vidal Fernandes  
Alana Kelly Áfio Caetano  
Bruna Karine Amorim da Costa  
Rita Maria Silva Almeida  
Rayssa Veras Camelo  
Rita de Cássia Gadelha da Silva  
Rachel Cabral Mota  
Laryssa Sá Machado

**DOI 10.22533/at.ed.51120300921**

**CAPÍTULO 22.....259**

**GÊNERO, SEXUALIDADE E SUBJETIVIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
Melissa Camilo  
Débora Cristina Machado Cornélio  
Débora Fernandez Antonon Silvestre  
Marilurdes Cruz Borges  
Jeize Loici Back  
Monique Delgado de Faria  
Fabrício Augusto Correia da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.51120300922**

**SOBRE A ORGANIZADORA.....277**

**ÍNDICE REMISSIVO.....278**

# CAPÍTULO 12

## GERENCIALISMO NEOLIBERAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 20/07/2020

**Paula da Luz Galvão**

Universidade Federal do Vale do São Francisco  
(UNIVASF)  
Juazeiro-BA  
<http://lattes.cnpq.br/0847858337180161>

**RESUMO:** O presente artigo tem por intuito analisar os modos como as perspectivas feministas e a de cunho gerencialista neoliberal são operacionalizadas nos processos de implementação das políticas públicas para mulheres na cidade de Juazeiro-BA. O pressuposto central que embasa esta questão é entender, por meio do trabalho etnográfico de pesquisa, como os fundamentos chave dessas políticas, oriundos de processos reflexivos feministas de cunho político, teórico e epistemológico, são “performatizados”, ou seja, são vividos, pensados e ressignificados na prática da vida cotidiana dos agentes de políticas públicas desta cidade por meio de formas de aplicação caracteristicamente neoliberais. Para levar a cabo esta pesquisa, partiremos da perspectiva etnográfica de compreensão da realidade, que tem como principal fundamento compreender os padrões de comportamento dos atores sociais, por meio de contatos significativos, em contextos variados, e pela observação sistemática dos fatos pertinentes. O olhar etnográfico na análise de políticas públicas possibilita um entendimento

que passa ao largo das grandes avaliações quantitativas de resultados de ações, projetos e programas sociais, uma vez que leva em consideração as mediações socioculturais e políticas que influenciam na aplicabilidade, sucesso ou insucesso das políticas. A análise dos arranjos práticos de aplicação de políticas para as mulheres tem por finalidade última avaliar, de forma qualitativa, os avanços e limitações do modelo de política social implementado para este grupo em especial. E, por meio dos dados coletados, incitar renovações a este modelo para que, por fim, as mulheres possam ter possibilidade de angariar a equidade social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas, mulheres, Gerencialismo neoliberal, feminismo.

### NEOLIBERAL MANAGEMENT AND PUBLIC POLICIES FOR WOMEN

**ABSTRACT:** The present article aims to analyze the ways in which feminist perspectives and the neoliberal managerialist nature are operationalized in the implementation processes of public policies for women in the city of Juazeiro-BA. The central assumption on which this issue is based is to understand, through ethnographic research work, how the key foundations of these policies, derived from feminist reflexive processes of political, theoretical and epistemological nature, are “performed”, that is, they are lived, thought and re-signified in the practice of everyday life of public policy agents in this city through forms of application that are characteristically neoliberal. To carry out this research, we will start from the ethnographic perspective of understanding

reality, which has as its main foundation to understand the behavior patterns of social actors, through meaningful contacts, in varied contexts, and by systematic observation of the pertinent facts. The ethnographic view in the analysis of public policies enables an understanding that goes beyond the large quantitative evaluations of the results of social actions, projects and programs, since it takes into account the socio-cultural and political mediations that influence the applicability, success or failure of policies. The analysis of practical arrangements for the application of policies for women has the ultimate purpose of evaluating, in a qualitative way, the advances and limitations of the social policy model implemented for this particular group. And, through the data collected, incite renewals to this model so that, finally, women can have the possibility of raising social equity.

**KEYWORDS:** Public policy, women, Neoliberal managementism, feminism.

## 1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o modo como pressupostos feministas e os de cunho gerencialista neoliberal são operacionalizados no processo de aplicação de políticas públicas para as mulheres em Petrolina-PE. O intuito central foi compreender como noções caras à teoria e *práxis* política feminista são performatizadas nestas ações políticas e como elas adquirem um caráter distinto à medida que precisam ser alocadas em um modelo neoliberal de gestão de políticas públicas.

Desse modo, o primeiro passo foi mapear as instituições e agentes que executam as políticas públicas para as mulheres em Petrolina, assim como identificar as políticas públicas para as mulheres executadas pelas referidas instituições e os pressupostos políticos e teóricos que lhes embasam. Posteriormente, foi realizado um acompanhamento da execução das políticas públicas identificadas, por meio do trabalho etnográfico, com foco nas estratégias utilizadas pelos seus agentes para dirimir as desigualdades de gênero na cidade.

O foco dado na aplicação de políticas para as mulheres em Petrolina-PE se fez de extrema relevância devido às inúmeras incongruências que podem surgir com a associação entre o modelo gerencialista neoliberal de gestão do Estado e os princípios feministas que balizam as propostas de políticas para as mulheres no Brasil. Isso para não mencionarmos o atual momento político de desmonte de políticas sociais no Estado brasileiro. E, no que tange à escolha da cidade de Petrolina, em Pernambuco, esta opção não foi em vão. Localizada no interior nordestino, ela tem se mostrado como modelo quase ideal de um processo de investimentos estaduais e privados, objeto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico capitaneado pelo Estado brasileiro (FRANCA, 2008). Dentre estas políticas e programas, algumas se destacam por abraçarem nos seus objetivos, além da proposta relacionada ao desenvolvimento social, as desigualdades de gênero e uma possível superação deste tipo de iniquidade social, principalmente quando da implantação da Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco e da Secretaria da Mulher do município, no mesmo ano, em 2007.

Deste modo, temos como *locus* de estudo uma cidade que representa de forma exemplar os projetos de desenvolvimento do Governo Federal para o nordeste, com fins de equiparar esta região às demais, no que diz respeito à riqueza e oportunidades econômicas. Por outro lado, esta cidade exemplifica, também, o que a literatura considera como descentralização das políticas públicas<sup>1</sup>, principalmente as de gênero, fruto do processo de redemocratização do Estado (FARAH, 2004, p. 53), e que assume novas facetas com as reformas neoliberais de fins da década de 1990 e início dos anos 2000. É importante ressaltar que a opção por uma cidade sertaneja como representativa desta descentralização se faz digna de nota, haja vista que as cidades sertanejas sempre foram categorizadas como áridas, secas, atrasadas e isoladas. Localizar esta cidade como alvo de políticas públicas e investimentos nas mais variadas esferas ainda é um fenômeno a se destacar, principalmente para ir de encontro a certos mitos que ainda rondam o imaginário nacional sobre o sertão do Brasil.

## 2 | METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir da perspectiva etnográfica de compreensão da realidade, que tem como principal fundamento compreender os padrões de comportamento dos atores sociais, por meio de contatos significativos, em contextos variados, e pela observação sistemática dos fatos pertinentes. O olhar etnográfico na análise de políticas públicas possibilita um entendimento que passa ao largo das grandes avaliações quantitativas de resultados de ações, projetos e programas sociais, uma vez que leva em consideração as mediações socioculturais e políticas que influenciam na aplicabilidade, sucesso ou insucesso das políticas.

Segundo a perspectiva da Ciência Política, área que inaugurou os estudos de políticas públicas, os contextos simbólicos e universos de valores não são relevantes para a referida análise. A compreensão do fazer cotidiano das políticas públicas, sua aplicação e recepção pelo público alvo, as retóricas, os jogos de poder e o modo como elas constituem saberes não são o centro das preocupações das análises segundo a Ciência Política.

Oposta a este ponto de vista, a análise socioantropológica deve partir da premissa que as políticas públicas são ações sociais e simbólicas. Seus processos de formulação são desordenados e complexos. Assim, está área questiona como as pessoas dão sentido às coisas? O que as políticas significam para as pessoas, como são recebidas e experienciadas por eles, como afetam suas vidas cotidianas? (SHORE, 2010, p. 29-35).

Dessa maneira, foi realizado um mapeamento das instituições responsáveis pela formulação e aplicação de políticas para as mulheres, assim como seus principais agentes e projetos postos em prática pelo governo do município de Petrolina-PE. Este mapeamento

---

1. Por descentralização quero me referir às propostas de direcionamento das políticas públicas para os níveis estadual e municipal de governo.

inicial teve por objetivo traçar a Rede que compõe os organismos voltados às mulheres da cidade e compreender o modo como eles atuam. Após esse primeiro momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com estes atores sociais. O objetivo central neste momento foi a compreensão, por parte dos envolvidos, dos significados das políticas para a cidade e para o público alvo, o que eles esperavam alcançar, como estas políticas e programas são elaborados, quais os discursos políticos e epistemológicos que as embasam, como se formam os arranjos políticos, conflitos e alianças, assim como o modo como eles pensam as transformações proporcionadas

Posteriormente, utilizamos a estratégia metodológica, que acompanhe os atores “de perto e de dentro”: a etnografia (MAGNANI, 2002). Esta foi realizada nos espaços de aplicação das políticas públicas para as mulheres anteriormente mapeados e serviu de base para a interpretação dos dados coletados nas entrevistas. Além disso, essa estratégia nos permitiu entender como os saberes que embasam as políticas são articulados *in loco*, e as consequências dessa articulação para os agentes do Estado e o seu público alvo.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

É possível argumentarmos que na cena política contemporânea no Brasil têm sido desenvolvidas políticas públicas de dois tipos específicos: universal e focal. As políticas públicas de cunho universalista, que pela sua própria natureza não devem se dirigir a um público particular, têm se fundamentado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, escrita a partir dos desdobramentos da Revolução Francesa em 1789 e no seio de um movimento social, artístico, literário e político, conhecido como Iluminismo. Esta propunha o direito à vida, à liberdade, à igualdade, segurança, propriedade e resistência a tiranias, dentre outros direitos. Sua proposta apresentava tais direitos como universais e pertencentes ao Homem enquanto direitos por natureza, impossíveis de subtrair ou alienar (MARRUL, 2004, p. 10).

Todavia, críticas às dimensões igualitaristas de direitos, protagonizadas por movimentos sociais, como os de cunho racial e feminista, por exemplo, possibilitaram que novos rumos fossem encaminhados no que diz respeito à busca e conquista de direitos de gênero no Brasil e no mundo. Com as críticas a noções tais como liberdade, cidadania, democracia, esfera privada e direitos, se tornou possível atentar para as dificuldades das políticas universalistas e para as formas com que os Estados estavam encaminhando seus projetos de superação das desigualdades. Como um dos protagonistas destas críticas, os movimentos feministas têm questionado a suposta neutralidade do Estado frente às contradições sociais e pressionado a sua atuação no sentido de superação destas (VIANA, 2013, p. 378,). Neste sentido, podemos notar, pelo menos no Brasil, propostas de políticas públicas focalizadas que possuem como pressuposto uma crítica da sociedade androcentrada, haja vista estar pautadas em elementos que contestam noções como a de igualdade, por exemplo.

As propostas dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil, especialmente, tinham como principal intuito chamar a atenção para a incapacidade das políticas públicas, no período que antecedeu a redemocratização brasileira, em contemplar as demandas específicas das mulheres. Este modelo universalista de políticas, segundo algumas das proponentes, só aprofundava desigualdades, colocando a mulher em espaços que as inferiorizavam, como a esfera privada da domesticidade e o âmbito da família, haja vista que eram concebidas apenas como mães, esposas e cuidadoras (ibid, p. 379).

Esta crítica, todavia, só pôde ser elaborada em decorrência do processo de redemocratização brasileira, que propôs uma agenda de reformas construída com a participação de diversos atores nos processos decisórios e a inclusão de segmentos diferenciados da população em políticas públicas específicas (FARAH, 2004, p. 49-50). Essas lutas possibilitaram um “empoderamento coletivo” à medida que enriqueceram as práticas associativas femininas, o que lhes permitiu tratar de demandas específicas de sua condição de gênero (GUZMÁN, 2000, p. 66).

Este contexto de demandas e conquistas políticas deu origem a um novo marco nas lutas de gênero, principalmente a partir da década de 90 do século XX, caracterizado por dois fatores que considero essenciais: um se refere a uma nova institucionalidade que proporcionou novos interlocutores no Estado; e outro que diz respeito à elaboração e implementação de uma série de políticas para as mulheres nos três níveis de governança da sociedade.

O primeiro fator refere-se à atuação das mulheres em secretarias, conselhos e na sociedade civil organizada. Esta atuação promoveu uma maior complexidade nas formas de fazer política, uma vez que gerou novas interlocuções entre atores sociais e o Estado, via esferas de participação, como pelos Conselhos de Direitos da Mulher, por exemplo. Neste novo contexto se tornou possível colocar em pauta não só as políticas públicas focais, como também afetar os mecanismos que obstaculizam a igualdade de oportunidades, e o lugar da participação das mulheres nas esferas de decisão política. (ibid., p. 68-77).

Já o segundo fator refere-se à elaboração propriamente dita de políticas públicas para as mulheres em diversos setores da sociedade. A partir de pressupostos erigidos após a reforma do Estado brasileiro em finais dos anos 80 do século XX – que se referiam a uma ênfase maior na descentralização das políticas do Governo Federal, a uma focalização em atores específicos, às novas articulações com a sociedade civil e novas formas de gestão de políticas públicas, baseadas em noções como eficiência e efetividade – políticas públicas para as mulheres foram elaboradas e efetivadas. (FARAH, 2004, p. 52-56).

No entanto este modelo de aplicabilidade de políticas públicas para as mulheres pode ser de difícil operacionalização uma vez que precisam realizar a conexão de duas propostas, a meu ver, contraditórias. A primeira delas é referente à concretização de diretrizes e planos de ação para a promoção da equidade de gênero oriundas de perspectivas políticas e teóricas feministas, baseadas na ideia de “empoderamento” e crítica à sociedade

“androcentrada”. E, a segunda, diz respeito às propostas da reforma neoliberal dos Governos Federal, estaduais e municipais, a partir dos anos 90 do século XX, que tinham como principais diretrizes para as ações do Estado a focalização, a descentralização, o corte de gastos, a noção de eficácia, o desenvolvimentismo e a transferência para outros setores da sociedade civil, como as organizações não governamentais (ONGs), da responsabilidade pela aplicação de algumas políticas públicas, principalmente as de caráter social.

Esta última perspectiva, chamada de Gerencialismo, fez parte de uma proposta de reforma do Estado, elaborada e apresentada em 1995, pelo então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que ocupou o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Viabilizada em 1998, ela tinha como principal objetivo reestruturar o Estado brasileiro para estabilizar a economia frente à crise econômica que passava o país desde fins da década de 80 e promover mudanças no modelo patrimonialista e burocrático pelo qual o Estado estava sendo gerido. O intuito foi o de promover uma “reengenharia organizacional” adaptada dos modelos de gestão utilizados no setor privado, tendo como consequência privatizações, terceirizações, instituições de agências reguladoras e a transferência de fornecimento de serviços de caráter competitivo ou sociais (como saúde, educação e assistência social) para agências privadas e organizações sociais (de PAULA, 2005, p. 37), além do foco na descentralização, eficiência, focalização e corte de gastos, como mencionados acima.

A articulação da perspectiva gerencialista com os modelos feministas de políticas públicas para as mulheres tem se tornado um desafio para as executoras destas ações, haja vista que em muitas vezes seus pressupostos entram em contradição ora de forma explícita, ora implícita. Esta contradição se dá não só porque as duas perspectivas acima citadas se mostram contraditórias, mas também porque as reviravoltas políticas, teóricas e epistemológicas promovidas pelas diferentes abordagens feministas já são, em si mesmas, de difícil operacionalização. Isto ocorre porque os agentes das políticas públicas para as mulheres no Brasil ou desconhecem estes debates, que ocorrem no seio dos movimentos sociais, da academia e das grandes conferências sobre o tema, ou preferem se apegar a certas noções essencializadas, como às de mulher, por exemplo, por motivos dos mais diversos.

### **3.1 Neoliberalismo e políticas para as mulheres em Petrolina**

A realidade da aplicação de políticas públicas para as mulheres no Brasil se reflete em Petrolina a partir de elementos peculiares. Caracterizada por um modelo de participação que prima muito mais por um diálogo com ONGs do que movimentos sociais, este modelo não incentiva a formação de grupos em prol de reconhecimento social. Mesmo as ONGs locais têm dificuldades em se inserir nos debates de gênero. E é importante que seja assim para os governos, até porque os debates questionadores presentes nos movimentos sociais não são bem quistos nas instituições que promovem políticas para mulheres, pois o

que se espera é a inserção das mulheres na lógica do capital, e não seu empoderamento para fins de transformação das estruturas de relações de gênero. Assim, é compreensível que não haja ações em prol do reconhecimento das mulheres acerca da sua situação de subordinação.

Esta visão, desarticulada das noções estruturantes de gênero e dos contextos de dominação, inevitavelmente se mostrou refletida em uma maneira também pouco conjuntural de realizar políticas para as mulheres na cidade. Esta característica pôde ser percebida tanto no apego a casos pontuais, desarticulados das lógicas de dominação que estão inseridos, quanto no modelo de envolvimento pessoal para solução de casos. Este modelo apenas reflete uma dificuldade em pensar ações estruturantes, uma vez que se mostra desconectado de um contexto histórico e político.

Não que esta forma de pensar a política tenha sido planejada em seus mínimos detalhes pelos agentes do município. O que acontece é que o *habitus* e as estruturas cognitivas dos envolvidos (BOURDIEU, 2007) já são formados e conformados por meio das perspectivas patriarcais, e esta estruturação apenas se reflete nos modelos de pensamento e ação dos agentes. E isto fica claro quando vemos as dificuldades de pensar as mulheres em suas diferenças. O que prevalece é uma visão universalista das mulheres, e qualquer relação com o racionalismo e universalismo liberal iluminista não é uma mera coincidência.

Assim, o que podemos notar é que até mesmo o modelo neoliberal de políticas públicas é operacionalizado de um modo rudimentar. Isso porque, o foco em uma noção essencializada de mulher caminha na contramão da focalização nas mulheres pobres. Esta categoria de mulheres, e tantas outras, são desconsideradas em prol de uma ideia universalizada do sujeito das políticas.

Além do foco dado a uma noção essencializada de mulher, outra característica se mostrou central no processo de aplicação de políticas para as mulheres em Petrolina. Uma demasiada ênfase no combate à violência e nas ações sobre os esclarecimentos técnicos dos equipamentos para as mulheres, que não contemplavam os debates a respeito da dominação masculina e das consequentes desigualdades de gênero, espelham um modelo de aplicação de políticas para as mulheres baseados em um conhecimento tecnicizado e, por isso, despolitizado. Este modelo reflete uma perspectiva de empoderamento que não prima pela ação coletiva e as transformações que estas ações podem proporcionar e se apegam a uma noção individualizada de emancipação pelo conhecimento dos equipamentos. Este modelo não apenas não emancipa as mulheres, que por ventura busquem os equipamentos, como também não emancipa as mulheres, técnicas a serviço do município que, talvez até a sua revelia, continuam perpetuando as desigualdades de gênero, uma vez que são elas mesmas que são as agentes da opressão naqueles espaços.

Este modelo que promove emancipação por uma via individualizada e tecnicizada tem como pano de fundo uma noção neoliberal de autonomia que em nada reflete às perspectivas emancipatórias propostas pelos feminismos. Este discurso, que neste caso

não é proferido por ONGs vinculadas ao Estado, e sim pelos próprios agentes do Estado, tem se mostrado acrítico e com pouca capilaridade tanto no que se refere à sociedade civil, como entre as próprias instâncias do governo. E isto não ocorre, apenas, pelo seu caráter enfadonho, como notado em várias situações que etnografei. Sua baixa capilaridade e a parca criticidade do discurso são decorrentes da baixa, ou nenhuma, ancoragem das políticas a uma proposta de emancipação e empoderamento que integre as diversas instâncias da sociedade civil e do Estado e, também, pelas crescentes dificuldades orçamentárias que lhe acompanha.

A transversalidade, por sua vez, se mostra uma proposta democrática por contemplar a ação de diversas vozes, de diversas instâncias dos poderes municipais, estaduais e Federal, mas só possui eficácia se vier como uma proposta desde o poder central. Este não apenas tem demonstrado completo desinteresse pelas políticas para as mulheres, devido à ausência em reuniões do Conselho da Mulher do município, o descaso em transferência de verba para a Secretaria Executiva da Mulher, e pelo inexistente interesse em promover formações dos seus profissionais, no que tange às desigualdades de gênero, como não tem relegado um espaço sequer para pensarmos formas de articulação entre as secretarias para elaboração de políticas mais transversais e integradas. Os esforços dos componentes da Rede de Enfrentamento à Violência contra a mulher do município até repousam no conhecimento sobre as necessidades da transversalidade, mas, quando teimam em avançar nos debates, os empecilhos financeiros impedem qualquer tentativa de inovação.

Estas dificuldades estão relacionadas à economia de gastos, promovida sob a justificativa de tornar as políticas mais “eficientes” e que resultam em um modelo caracterizado mais por “gambiarras” políticas, do que por políticas públicas de longo e médio prazo. No que diz respeito à Rede, estas “gambiarras” precisam ser arregimentadas sob a forma de troca de informações sobre os equipamentos, em reuniões intermináveis; com a confecção de cartões de cada um dos órgãos, que são distribuídos na Delegacia da Mulher (DEAM) da cidade, para que as mulheres possam ter conhecimento deles; e, quando da falta de uma sociedade civil organizada para protagonizar o discurso, mesmo que tecnicizado, sobre a violência contra a mulher, com próprio executivo “tomando as rédeas da situação”.

Assim, esta noção de eficiência tem gerado como consequência, principalmente nos municípios do interior do país, mais pobres e com menor poder de barganha, um total descaso para com as políticas de caráter social. E no que tange às ações baseadas em “gambiarras”, estas se caracterizam, quase sempre, pela pouca capilaridade, pela efemeridade das propostas, pela falta de capacitação continuada dos profissionais do Estado e pelos regimes de subcontratos e contratos temporários, que afetam diretamente no sucesso das ações e políticas para as mulheres.

As propostas da Secretaria da Mulher do Estado conformam um discurso feminista amplo e interseccionado. No entanto, e segundo afirmam as facilitadoras do principal

programa desta Secretaria na região, as formações realizadas pela ONG da região metropolitana foram insuficientes para que as mulheres assistidas (as trabalhadoras rurais da cidade) aprendessem mais sobre uma pedagogia alternativa ao modelo racional que estavam acostumadas. De acordo com a literatura, vemos como o discurso deste “feminismo de Estado” foi disciplinado pelos pressupostos neoliberais para o desenvolvimento. No entanto, muito pouco ainda tem sido dito sobre os modelos de aplicação das políticas<sup>2</sup>. Este déficit se dá pela ainda escassez de trabalhos etnográficos a respeito da aplicação destas políticas, e de modo nenhum sobre uma suposta raridade desta discussão dentro do movimento feminista. Este já vem discutindo propostas de pedagogias para a emancipação e já cunhou perspectivas de uma pedagogia já considerada como feminista<sup>3</sup>.

No entanto, acredito que estas propostas pedagógicas, diferentes de outras que vêm sendo apropriadas pelos Estados, ainda estão muito restritas às atuações protagonizadas pelos movimentos feministas. Em nenhum momento do meu trabalho de campo ouvi um comentário sobre este assunto (pedagogia feminista), em nenhuma das instâncias institucionais estudadas. Este exemplo só reforça a ideia relativa a uma insatisfatória crítica ao modelo das aplicações de políticas para as mulheres. Criticam-se os conteúdos das propostas, de forma legítima, é claro, mas ainda há um vazio quanto às análises das metodologias de aplicação destas políticas. Esta insuficiência tem impactos diretos no que diz respeito à eficácia das políticas.

Apesar das críticas que podemos lançar ao conteúdo das propostas da Secretaria Estadual da mulher, principalmente as que ainda pensam a emancipação pela inserção das mulheres como empreendedoras de segundo escalão, uma vez que inseridas no mercado de trabalho por meio de ocupações desvalorizadas, porque mal pagas e com baixa reputação, não podemos classificá-las como agentes do Estado neoliberal sem fazer antes esta análise pormenorizada. A inserção do curso de políticas públicas nas turmas dos cursos profissionalizantes do programa citado foi um diferencial que quase todas as funcionárias da Secretaria que tive contato fizeram questão de exaltar. E o fizeram baseando seu discurso nas propostas de empoderamento das mulheres pelo conhecimento de sua situação de subordinação. No entanto, o modelo da pedagogia empregada é discutível, justamente por se apegar, ainda, a um modelo racionalizante tradicional. Mas, este modelo de pedagogia não é apenas discutível no que tange às ações da Secretaria Estadual da Mulher. Ele se tornou problemático nas ações de todas as instituições pesquisadas.

Assim, por mais que elas se esforçassem para levar vídeos e encaminhar o debate  
2. SARDENBERG, por meio de debates sobre a atuação em um projeto de consultoria, desenvolve este temática (SARDENBERG 2006, 2015).

3. Segundo Sardenberg “Por pedagogia feminista, entende-se o conjunto de princípios e práticas que objetivam conscientizar indivíduos, tanto homens quanto mulheres, da ordem patriarcal vigente em nossa sociedade, dando-lhes instrumentos para superá-la e, assim, atuarem de modo que construam a equidade entre os sexos. Seu principal objetivo, portanto, é libertar homens e mulheres das amarras das ideologias e hierarquias de gênero, ou seja, da construção social das diferenças/desigualdades entre os sexos, objetivo esse que se aplica a todas as metodologias desenvolvidas para o trabalho com mulheres. (p. 1-2, [http://s3-eu-west-1.amazonaws.com/pathwaysofempowerment-org-staging/downloads/consideracoes\\_introduatorias\\_original9d6475f0950cf0bfe39b58c169a59b9.pdf](http://s3-eu-west-1.amazonaws.com/pathwaysofempowerment-org-staging/downloads/consideracoes_introduatorias_original9d6475f0950cf0bfe39b58c169a59b9.pdf) . Acesso em 20/03/2017).

com maior ludicidade, o formato permitia poucas variações. Este fator parte do mesmo pressuposto racionalizante e individualizado sobre o processo de empoderamento das mulheres. A mesma observação posso fazer sobre as ações do dia da Visibilidade Lésbica. Estive presente em duas destas, e o modelo se manteve o mesmo: seminário teórico, com exposição e discussão de filmes. As pessoas presentes eram basicamente as mesmas, e por mais que levantássemos temas como heterossexualidade compulsória, homoafetividade e saúde reprodutiva, as limitações de público, composto em sua maioria por conselheiras e estudantes universitários, impedia que a mensagem, mesmo que teórica, tivesse um alcance maior.

Não posso afirmar, todavia, que este modelo está apenas relacionado às dificuldades orçamentárias. Ainda estamos apegados a um modelo de autonomia arraigado a pressupostos liberais racionalizantes e individualizantes. Que, também, são os mesmos que estão por trás das propostas neoliberais de políticas públicas, e, por que não, aos modelos educacionais que prevalecem no país. Este modelo, mesmo abarcando temáticas concebidas como tabus sociais (sexualidade, homossexualidade, etc.), não realiza seu potencial emancipador porque não sensibiliza de forma satisfatória a audiência.

## 4 | CONCLUSÕES

Para além dos programas que se dão no âmbito do Governo Federal, e pelas mudanças visíveis no que diz respeito às temáticas abordadas e a multiplicidade de identidades de mulheres contempladas, a Secretaria Executiva da Mulher de Petrolina coloca em prática ações que possuem pouca capilaridade, tanto entre as secretarias, como na sociedade como um todo. Ela ainda possui uma efetividade limitada devido ao seu modelo de empoderamento pela via teórica, individualizada e racionalizante. Assim como nas ações da Secretaria Estadual, da Rede e do Conselho da Mulher, não abordam assuntos considerados tabus para a nossa sociedade como, por exemplo, a violência obstétrica, as dificuldades em realizar o aborto legal nos hospitais e o tratamento desumano e preconceituoso dado pelas equipes do hospital da mulher. Além de tudo isso, ainda não é possível visualizar uma continuidade das suas ações em relação aos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, principalmente no que tange às políticas nas áreas de educação formal, para as mulheres idosas, deficientes e as que dizem respeito ao acesso à cultura e lazer.

Desse modo, podemos até verificar que os principais pressupostos e conceitos relativos às políticas para as mulheres em Petrolina se relacionam com as concepções e críticas da teoria e política feminista. No entanto, vimos que as formas como se dá esta relação está aberta a inúmeras críticas, que, ao fim e ao cabo, vêm a caracterizar o modelo gerencialista neoliberal de aplicação de políticas públicas para as mulheres no Brasil. Assim, fundamentos e concepções, como aqueles referentes à identidade das mulheres;

ao foco em um tipo de política específica, e em um tipo de violência singular (a física); as propostas de ações despolitizadas e desarticuladas dos debates de gênero e feminista; a ênfase no discurso técnico em detrimento do crítico; as formas rudimentares de diálogo com a sociedade civil; o desconsiderar das interseccionalidades de gênero; os problemas relativos a orçamento; e o modelo pessoal de levar a cabo as ações para as mulheres; todos eles refletem um modelo neoliberal de pensar e efetivar as políticas para as mulheres.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FARAH, Marata Ferreira Santos. **Gênero e Políticas Públicas**. Estudos Feministas, v. 12, n. 1, jan-abr, 2004.

FRANCA, Celso. **A imagem do vale**: Reestruturação Agrícola e mudança social. Petrolina: Editora Franciscana, 2008.

GUZMÁN, Virginia. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas pública. In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lucia e NOBRE, Miriam (orgs). **Gênero nas Políticas Públicas**: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de Dentro**: notas para uma etnografia urbana. **RBCS**, v. 17, n. 49, jun 2002

MARRUL, Indira Bastos. A Indivisibilidade dos Direitos Humanos: da Desagregação à Integração. In: **Bahia Análises e Dados**, v. 14, n. 1. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, p. 9-24, 2004.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração Pública Brasileira: Entre o Gerencialismo e a Gestão Social. **RAE Debate**, v. 5. n. 1. Jan-Mar de 2005.

SHORE, Cris. La Antropología e el Estudio de la Política Pública: reflexiones sobre la “formulación” da las políticas. **Antípoda**, n. 10, enero-junio, 2010.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços públicos e privados**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e edições SESC, 2013.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise de Discurso 84, 90, 224, 227, 239

Assédio 118, 119, 120, 121, 122, 183, 203

### C

Cidadania 20, 36, 53, 54, 65, 126, 172, 187, 191, 193, 199, 226, 238, 272, 273, 274

Coeducação 62, 70, 71

Cultura 24, 96, 97, 99, 104, 105, 106, 108, 155, 213, 241, 272, 273, 277

Cultura Machista 96

### D

Desigualdade 12, 16, 26, 63, 64, 110, 114, 116, 120, 134, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 177, 178, 188, 194, 224, 226, 237, 238, 239, 271

Diferença Sexual 28, 31, 32, 62, 63, 66, 67, 68, 70, 71, 157, 190

### E

Educação 35, 36, 38, 41, 53, 54, 55, 62, 68, 70, 71, 83, 94, 96, 97, 99, 100, 102, 104, 105, 106, 108, 109, 117, 155, 164, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 212, 213, 226, 228, 240, 241, 252, 254, 263, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 277

Educação Formal 111, 132, 140, 142

Ensino de Língua Portuguesa 84, 85

Estereótipos 16, 39, 41, 44, 62, 63, 68, 69, 71, 80, 84, 85, 91, 162, 202, 218, 249, 250, 265, 276

### F

Feminismo 24, 25, 26, 27, 28, 31, 35, 66, 82, 83, 123, 131, 154, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 184, 186, 202, 212, 214, 216, 218, 220, 221, 222, 223, 270

Formação de Motoristas 36

### G

Gerencialismo Neoliberal 123

Gestão Educacional 96

### I

Identidade de Gênero 29, 70, 84, 91, 192, 193, 195, 197, 209, 210, 212

Identidade Feminina 24, 25, 27, 28, 30, 34, 87, 147, 210

Identidades 25, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 55, 61, 63, 84, 85, 93, 110, 111, 112, 132, 157, 196, 197, 201, 202, 207, 216, 221, 228, 233, 237, 268, 270, 271, 274, 275, 276

Imagem 40, 43, 56, 57, 58, 59, 61, 98, 133, 161, 162, 211, 226, 245, 273

Isolamento 12, 13, 16, 17, 18, 21, 23, 118

## **M**

Masculinidades 36, 39, 55, 89

Medicalização 73, 76, 77, 78, 79, 80, 83

Moral 5, 10, 15, 53, 60, 99, 118, 119, 120, 121, 137, 143, 146, 147, 157

Mulher 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 42, 43, 44, 49, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 91, 92, 96, 98, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 159, 167, 168, 169, 170, 172, 178, 181, 183, 184, 187, 190, 194, 195, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 221, 225, 226, 227, 228, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 241, 243, 247, 248, 249, 250, 252, 259, 260, 261, 266, 273, 274, 275, 276

Mulheres 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 39, 40, 44, 49, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 259, 260, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 273

## **P**

Papéis de Gênero 36, 51, 54, 194

Patriarcalismo 26, 118, 119, 120, 121, 203, 212

Pin-Up 56, 57, 59, 60, 61

Políticas Públicas 115, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 166, 183, 190, 192, 194, 195, 221, 236, 240

Práticas Escolares 96, 102, 274

## **Q**

Quebradeira de Coco Babaçu 110, 112, 117

## **S**

Saúde da Mulher 73, 74, 80, 82, 113, 134, 142, 145, 149, 150, 152

Século XX 108

Sexualidade 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 54, 57, 58, 60, 61, 63, 66, 70, 71, 77, 79, 82, 83, 94, 95, 132, 143, 155, 156, 159, 163, 164, 169, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 212, 213, 216, 243, 244, 248, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277

## **T**

Trabalhista 118, 203

Trânsito 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 159, 214, 218, 219, 220, 221

## **V**

Violências 13, 15, 110, 113, 143, 198, 268, 269, 270, 271

# RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 